

O CUSTO SOCIAL DA MUDANÇA EM UMA REGIÃO PERIFÉRICA

José Nazareno Araújo dos Santos¹

Gisalda Carvalho Filgueiras²

Raymundo Garcia Cota³

RESUMO

O entendimento hegemônico de que o crescimento econômico é a base para se atingir um nível de desenvolvimento superior ao estágio em que se encontra determinado território tem sido levado em consideração pela quase totalidade dos governos nacionais na atualidade.

O problema está no viés desse entendimento onde as forças hegemônicas do capital dominante infiltram as bases de seus interesses se sobrepondo as causas sócio-econômicas internas. Neste sentido, o contexto local acaba sendo uma mera reprodução do global e os fatores locais propulsores da mudança real acabam sendo secundarizados e os efeitos sociais são cada vez mais danosos. As regiões periféricas da periferia sofrem mais intensamente este processo.

Palavras-chaves: hegemonia, mudança, custo social.

ABSTRACT

There is a general understanding that economic growth is the base for some regions to reach a higher level of development, which has not been taken into consideration by most governments at present. The problem consists in the bias of such understanding where the hegemonic forces of dominant capital infiltrate the bases of their interests, thus overlapping the socio-economic internal causes. This way, the local context becomes a mere reproduction of the global ones as well as the local factors which should induce real change turn into secondary ones; the social effects become more harmful. The peripheral regions in the world periphery suffer this process even more deeply.

Key-words: hegemony, change, social cost.

¹ Doutorando em Ciências Ambientais pelo NAEA-UFPa; professor adjunto da UFPa – Campus Bragança-PA, e-mail: jonaz@ufpa.br.

² Professora Dra. Da Faculdade de Economia na UFPa-Campus Guamá-Belém-Pa; e-mail: gisaldaf@yahoo.com.br.

³ PHD em Economia. Professor da UFPa-Facecon, e-mail: garcota@ufpa.br.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento econômico continuado tem sido objetivo perseguido por grande parte dos governos de países capitalistas centrais e periféricos, haja vista ser uma condição necessária, porém não suficiente, para se atingir um novo estágio no processo de desenvolvimento sustentável.

Os chamados países periféricos têm dado grande importância, considerada exagerada e desestruturada por alguns críticos desta linha de atuação (SANTOS, 2002; OLIVEIRA, 2007), à dimensão econômica por acreditarem ser esta a forma mais eficiente e mais rápida de se alcançar uma estabilidade sócio-econômica capaz de criar um ambiente favorável à mitigação de inúmeros problemas sociais, econômicos e ambientais.

As experiências, porém, revelam um cenário muitas vezes frustrante às expectativas formadas, haja vista os resultados desta priorização se desdobrarem em um agravamento dos problemas ora pensados em solucionar. A chamada agenda da mudança seguida por estes países reforça, na maioria das vezes, a condição de dependentes aos países centrais, construída ao longo da história.

É importante, portanto, se destacar que, embora os resultados não sejam traduzidos em sucessos, os fatores propulsores do insucesso são idiossincráticos de cada país ou região, e a resistência à adoção de modelos alternativos à hegemonia global torna-se cada vez mais evidente. As adaptações são freqüentes e, a cada nova fase do processo recriado, tem-se a preocupação de atender os interesses globais capazes de responder em um tempo hábil às necessidades criadas a partir de todo um contexto histórico desenvolvido secularmente.

Os custos de uma priorização integrada à agenda da mudança são elevadíssimos e ultrapassam a dimensão econômica. Prejuízos sociais e ambientais, muitas vezes negligenciados em favor de uma “causa maior”, são recorrentes e as desigualdades internas e externas se aprofundam. Neste sentido, a modernização, portanto, quando não estruturada dentro de padrões capazes de integrar o local ao global de uma forma tal que os fatores locais sejam potencializados a propulsar o processo de mudança está tão somente reproduzindo uma forma reajustada de domínio (OLIVEIRA, 2007).

No caso do Brasil, a partir da nova proposição iniciada pela era Lula em 2003 e mais especificamente do estado do Pará, iniciada a partir do governo do Partido dos Trabalhadores em 2007, a agenda da mudança tem registrado ocorrências que merecem uma atenção especial, principalmente quando se busca o entendimento das prioridades estabelecidas por cada uma destas esferas de governo.

Os questionamentos a que se pretende buscar respostas são basicamente: a) as prioridades da agenda da mudança estão coerentes com o discurso proclamado e com os objetivos estabelecidos no ato de sua elaboração?; b) quais os reais interesses que circundam esse novo modelo de desenvolvimento? e, por fim, c) quem paga os custos da modernidade?

Contudo, dada a amplitude da discussão, seria muita pretensão se responder em uma escala mais geral todos os questionamentos levantados acerca da referida agenda. Por esse motivo, o presente texto irá dispensar maior atenção ao caso do estado do Pará pelo fato de se entender que haja condições de se fazer uma análise mais consistente pela própria dimensão sócio-espacial que contempla a região. Além disso, neste Estado, o processo de mudança é muito mais perceptível, haja vista o “rompimento” com o “velho modelo” ter sido mais recente.

Assim sendo, para uma melhor compreensão do fenômeno da mudança ora discutido, optou-se por autores da sociologia e antropologia que dão um suporte teórico consistentes, capazes de conduzir a uma reflexão sobre o(s) real (ais) objetivo(s) que o orientam, e por uma organização do texto que permite analisar os fatos dentro de um contexto lógico, relativo em sua dimensão econômica. Dessa forma, além desta introdução, tem-se uma análise da modernidade a nível global, a nível nacional e a nível estadual. Por fim, tecer-se-ão algumas considerações finais nas quais se destacam as principais reflexões acerca do assunto discutido ao longo do texto.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Uma análise global da agenda da mudança

A busca pela modernidade tem sido cada vez mais recorrente na pauta de discussão política e institucional, no que se refere às nações capitalistas. Os esforços realizados para se promover o avanço técnico e, portanto, o processo de mudança, tem apresentado aspectos que refletem o grau de (sub) desenvolvimento técnico e científico, bem como o nível de (in) maturidade tecnológica, de grande parte desses países (VIOLA, 2000).

Os países inclusos no entorno do chamado centro capitalista, principalmente aqueles que apresentam um nível intermediário de desenvolvimento, têm direcionado grande parte de seus recursos financeiros e intelectuais, sob a forma de políticas públicas mais especificamente, em esforços no intuito de atingirem uma nova etapa na escala da modernidade. Desta forma, tentam reduzir o grande hiato existente entre o centro e a periferia.

Todavia, este processo tem sido desencadeado mais efetivamente a partir da revolução industrial, em alguns países em um período mais recente. Os resultados, embora em alguns aspectos tenham apresentado certo avanço, têm revelado uma intensificação das desigualdades entre as nações. A busca incessante pelo “novo” tem provocado uma alienação ainda mais intensa às imposições do capital, haja vista a necessidade de se cumprirem as exigências da “agenda da modernidade” (GERMANI, 1992).

Na fase atual em que se encontra o capitalismo global, onde a financeirização e a virtualização assumem um caráter preponderante, é ainda mais desafiador o processo de mudança por que procuram passar ou são impelidos a passar os países não desenvolvidos, sem o qual seus mecanismos internos de “enfrentamento” da ferocidade do capital tornam-se mais fragilizados, tornando-os ainda mais reféns das articulações centrais.

A interdependência, principalmente financeira, destes países não lhes permitem criar uma agenda da mudança totalmente desvinculada do interesse do capital internacional. Isto os leva a um ciclo vicioso onde as regras do jogo são tão somente alteradas à conveniência hegemônica, provocando, em muitos casos, uma mobilização dos governos por conta deste interesse maior, no sentido de transmitir à sociedade nacional o “esforço” realizado para transformar o cenário social caótico existente, a fim de manter o controle sobre possíveis mobilizações sociais contrárias as suas práticas.

Assume-se o papel de moderador das conveniências internacionais, quase sempre apoiado por interesses de atores nacionais interessados na manutenção do *status quo*, permitindo-se uma sobreposição da independência e muitas vezes da soberania nacional. Geralmente, os países periféricos, principalmente aqueles em que a dependência financeira é o fator que orienta a formulação de sua agenda da mudança, perdem sua autonomia e permitem que o capital multinacional explore os recursos que poderiam levá-lo a um processo de real transformação da sua base produtiva. Deste modo, a relação de troca entre o centro e a periferia poderia ter um efeito menos drástico sobre estes países.

Nos tempos em que as transformações dos paradigmas técnicos requerem um esforço que incorpore aspectos mitigadores dos impactos ambientais, o processo de dominação do centro em relação à periferia parece está cada vez mais intensificado, haja vista os países marginais não apresentarem poder de reação, inclusive aos seus padrões internos de produção. Estes limites incluem tanto as dimensões econômicas, quanto as sociais, e aí se podem incluir o capital social e as relações políticas. Esta última dimensão tem uma participação bastante ativa no processo de dominação nacional, em muitos casos superior às demais.

Isto, talvez, explique em grande parte a preocupação, embora apresentada de uma maneira tímida e não muito clara, dos grandes blocos de integração internacional e regional, dominados pelos países do centro, nas escolhas dos líderes latino-americanos nos últimos anos. Uma onda de “nacionalismo” vem sendo desencadeada no continente e de certa forma vem provocando um mal-estar entre estas lideranças e o capital que os sustenta. É importante frisar que, embora exista um interesse em transformar as estruturas internas hegemônicas nestes países, sua efetiva mudança está condicionada a fatores que o capital se incumbiu de enraizá-los e, assim, endurecer o processo de mudança.

A forma como estes processos estão sendo comandados, quando observados em um âmbito mais específico, contribuem ainda mais para a dominação do grande capital, pois o “enfrentamento” realizado por imposição de uma força de proporções menores a que se confronta gera um efeito contrário ao proposto e o conseqüente enfraquecimento da parte que emergiu a força contrária, tornando-o mais impotente diante das forças dominantes. Como conseqüência, os problemas sociais se agravam, gerando uma onda de instabilidades e uma diversidade de mobilizações internas contrárias aos interesses que anteriormente eram considerados comuns e endossados pela população. As expectativas de que um novo modelo de desenvolvimento embasado na vontade nacionalista era possível acabam frustrando e o capital hegemônico sai vitorioso e ainda mais voraz.

O que se quer dizer, então, é que o processo de mudança deve ter suas bases sustentadas em ações sólidas que contemplem elementos que ultrapassam a vontade de fazê-la, considerando que o capital hegemônico tem resistências e poder suficiente para desestruturar as articulações que se apresentem contrárias aos seus interesses. A construção de um novo modelo de desenvolvimento, portanto, deve incorporar uma agenda de mudança elaborada sobre bases sólidas capazes de sustentar as investidas contrárias do grande capital aos interesses internos. De tal modo, a soberania e a hegemonia nacionais precisam estar priorizadas e os canais para essa viabilidade devem ser os mais fluentes possíveis a fim de que os fluxos sejam sempre contínuos e fortes o suficiente para superar as muitas barreiras que lhes serão impostas. As ações devem superar os discursos e estes serem orientados a uma linguagem comum, onde os atores sociais diretamente interessados na transformação social proposta endogenamente possam interagir e assim solidificar ainda mais as bases da mudança (HABERMAS, 1987). Isto, porém, é um desafio de longo prazo e que requer uma reformulação da estrutura social onde o conjunto da sociedade precisa está consciente da importância da sua participação neste processo de mudança.

Daí a importância dos governos estarem atentos à realidade interna, ou seja, conhecer profundamente os problemas a serem superados e as soluções

possíveis de serem alcançados por meio da elaboração de políticas coerentes com estes problemas, assim como para o contexto global, onde as transformações e as “manobras” do sistema capitalista atuam para manter sob seu domínio os países que o processo histórico, e sua respectiva trajetória, os tornou dependentes. Sendo assim, o contexto econômico externo deve ser considerado para que as aspirações internas sejam aceitas neste processo de integração, muitas vezes tenso e duramente resistente, porém possível de ser efetivado.

2.2. O Brasil e sua “nova” agenda da mudança

O processo de mudança que compõe a nova “agenda da modernidade” do Brasil teve seu início consumado a partir da elevação ao poder do então representante da massa brasileira, emergente da classe operária, Luís Inácio Lula da Silva. Este trazia consigo, e não somente em seu *slogan* de campanha, a esperança de um novo Brasil, onde os diversos atores sociais, principalmente a grande massa de trabalhadores que apostou suas expectativas em dias melhores, viam a oportunidade de participar mais ativamente das decisões políticas e sociais do País, procurando reduzir as privações impostas pelas práticas governamentais, principalmente quanto ao atendimento das chamadas necessidades básicas e dos direitos sociais garantidos na Constituição Brasileira de 1988.

O clamor social pela mudança contraporia com um contexto econômico global instável onde as ações lideradas pelo centro capitalista refletiam um impacto econômico e social bastante negativo internamente e, em maiores proporções, em alguns países em processo de desenvolvimento semelhante ao nosso. Esse fato causou uma rejeição e a oposição dos próprios congregados políticos ao partido que exercia o poder, causando uma maior indeterminação política tal como destacou Oliveira (2007).

O capital financeiro, com seu forte poder especulativo e os sucessivos insucessos das políticas econômicas orientados pelos interesses externos, aliado a um contexto econômico global com a demanda retraída, desestruturou a economia brasileira, trazendo ao palco social uma insegurança e o medo de não conseguir suportar as convulsões impostas pela ocasião. Talvez a ousadia pudesse ter tido um resultado diferente do que o que se registrou pela opção de sua ausência. Os atores que se mostravam principais tornaram-se coadjuvantes nesta trama roteirizada pelo capital (OLIVEIRA, 2007).

A emergência de um novo modelo de desenvolvimento, totalmente modificado pela razão orientadora do novo líder nacional, na verdade assumiu uma nova forma de condução, onde as bases do discurso anticapitalista assumiam um caráter de aliamento com uma roupagem enrobustecida pela razão capitalista,

traduzida para a sociedade sob a forma de uma condução responsável da causa social. Qualquer tentativa de mudança que pudesse resultar em um “retrocesso” para o País seria autuado como uma atitude impensada e irresponsável de quem a propunha e, então, os custos sociais seriam ainda mais elevados e o prejuízo político a ser-lhe imposto seria irreversível.

A incapacidade imputada para se implementar a mudança proposta pelo novo Governo ganhou um impulso ainda mais forte. O cenário econômico global que vinha apresentando resultados contraproducentes ao conjunto da economia global começa a mostrar uma reação positiva e um ambiente favorável ao crescimento começou a ser estabelecido em proporções tais que já se podiam elaborar planos de ajustes macroeconômicos onde o interesse capitalista era priorizado com a justificativa de que o equilíbrio econômico é condição necessária para se promover uma mudança profunda nas relações sócio-econômicas estabelecidas tanto interna quanto externamente.

A ligação com o conjunto dos atores sociais que compõem a estrutura social brasileira deixou de ser a prioridade até então mais defendida pela coalizão popular. Esta reordenação de prioridade, mais do que uma mudança de estratégia governamental, é o resultado de uma crença na máxima econômica que evidencia o crescimento continuado em patamares elevados para o uso do seu transbordamento em favor das ações consideradas estratégicas para o desenvolvimento.

As estratégias estabelecidas a partir da agenda da mudança brasileira seguiram as orientações no sentido de trilhar uma dinâmica produtiva mais contempladora dos processos que se apresentavam com um caráter mais endógeno, possibilitando assim se ter uma forma alternativa de agregar as potencialidades nacionais no conjunto das ofertas disponibilizadas principalmente para o mercado global que se tornava mais amplo e atrativo (RAMALHO FILHO, 1999). Neste sentido, as políticas de incentivo à Ciência e Tecnologia, de desenvolvimento e adoção de inovações pelas empresas nacionais, que coordenam o grande projeto de desenvolvimento nacional, tem plenamente justificadas suas prioridades em se tratando de agenda de Governo.

Existe a convicção de que os gastos realizados na formação de uma estrutura produtiva com base em tecnologia e inovação serão as forças motrizes para se atingir um nível de evolução tal que corrigirá as falhas estruturais herdadas historicamente. É importante frisar que as políticas públicas nacionais nesta direção têm procurado contemplar as atividades que são consideradas estruturantes nas mais diversas regiões do País. Todavia, deve-se destacar, principalmente nas regiões onde as desigualdades são maiores, a inespecificidade de algumas delas. Isto compromete os objetivos traçados por ocasião da formatação das referidas políticas e, como exemplo, as políticas para a pesca são em grande parte

direcionadas às grandes corporações, uma vez que a acessibilidade a elas e as exigências estabelecidas pelos próprios critérios de contemplação aos envolvidos nesta atividade excluem uma considerável parcela de produtores do setor, ainda que elas sejam propagadas como sendo horizontalmente contempladoras de todos os agentes.

As ações consideradas estruturantes para a promoção do desenvolvimento nacional e o cumprimento da agenda da mudança tem, de certa forma, desviado a atenção, pelo menos em alguma dimensão, para as demais causas sociais. Entre elas, se encontram o atendimento dos chamados serviços básicos de saúde e educação, reforma agrária e inclusão social. Isto se deve, porém, em virtude do custo econômico altamente elevado para se atender as exigências da agenda formada para se implementar as mudanças propostas no paradigma tecnológico. Este, por sua vez, reflete um custo social em dimensões elevadas e crescentes, em razão de não se ter um conjuntura nacional favorável para a realização das ações em um mesmo nível e em um mesmo tempo.

Diante disso, pode-se arriscar a afirmar que, para o caso brasileiro, o conjunto das chamadas políticas públicas estruturantes de um novo modelo de desenvolvimento, nos ambientes locais, caracterizados por um ou mais aspectos tradicionais dominantes, ficam implicitamente deslocados a um segundo plano, preponderando a orientação capitalista global (SANTOS, 2002). O processo de acumulação, em novos moldes, continua orientando as decisões nacionais e, mesmo que as ações sejam impostas de uma forma menos exógena, acabam confirmando o domínio da forma hegemônica de atuação. Como resultado tem-se crescimento econômico, mas com um agravamento de problemas sociais diretamente ligados às prioridades estabelecidas, como falta de segurança pública, aumento da concentração de renda e criminalidade, corrupção, dentre outros.

Os avanços também foram atingidos e é relevante se destacar o exemplo na educação, embora ainda muito aquém do necessário para se chegar a uma independência no sentido estrito do termo. Nesta era de integração cada vez mais intensa e de crises fortes emergidas do centro capitalista, onde a indefinição sobre o comportamento do mercado é o mais previsível, faz-se necessário cada vez mais se formar uma conjuntura capaz de absorver os efeitos deste processo de uma forma tal que os passos dados para frente não retrocedam, mas ao contrário se consiga sair fortalecido gerando confiança e credibilidade para se instaurar de fato uma nação moderna (GERMANI, 1992).

2.3. A agenda da modernidade no estado do Pará: Princípios Norteadores

O processo atual por qual passa o estado do Pará teve seu início marcado com o chamado contágio da “onda vermelha”, culminando com a eleição da coalizão oposicionista estadual, mais “comprometida” com os padrões de governabilidade do governo nacional. A proposta de um novo modelo de desenvolvimento, baseada em Ciência e Tecnologia ganhou força e o aparato institucional necessário para sua fixação começa a ser estabelecido.

As “forças” do governo estadual passam em grandes proporções a ser direcionadas para o estabelecimento de uma agenda de mudanças, cuja prioridade tinha como objetivo imprimir um novo paradigma tecnológico frente ao estabelecido até então. Como resultado, os gastos com Ciência e Tecnologia sofrem um grande impulso, crescendo de 2006 a 2007 na ordem de 300% aproximadamente, dando-se início a esta nova fase na história do Pará (Tabela 1).

Tabela 1 – Dispendios dos governos estaduais da região Norte em Ciência e Tecnologia (não inclui gastos com a pós-graduação) 2000-2008 – (em mil R\$ correntes).

Grandes regiões e UF's	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (1)
Brasil	1.309.904	1.528.168	1.502.001	1.607.300	2.050.801	2.062.058	2.254.471	5.750.746,2	-
Região Norte	26.288	26.263	26.699	35.144	40.349	67.517	122.696	153.118,0	-
Acre	5.387	4.545	8.584	8.159	7.277	11.642	22.260	24.627,4	-
Amapá	5.655	7.756	6.260	3.814	2.774	3.553	3.553	5.187,0	-
Amazonas	7.408	5.253	1.546	10.187	23.482	34.357	72.234	62.754,7	-
Pará	6.794	6.488	7.456	8.607	3.975	4.551	7.438	29.695,1	51.760,7
Rondônia	265	628	732	1.272	1.659	2.143	1.761	1.682,6	-
Roraima	767	340	297	520	98	448	448	2.858,1	-
Tocantins	12	1.252	1.823	2.584	1.084	10.824	15.002	26.313,0	-

Fonte: MCT; (1) Estimativa – SEDECT; Nota: A periodicidade de divulgação dos dados é anual.

Entretanto, é importante destacar alguns aspectos relevantes para o entendimento desta nova fase de transformação por qual passa o estado do Pará. As dificuldades enfrentadas para a efetivação de sua agenda da modernidade tem um cunho estrutural enraizado em um processo histórico culminado por ausências de políticas públicas adequadas para a solução de graves problemas sociais, portanto, um elemento político; por outro lado, ocorre um intenso processo de migração de atores sociais de outros estados brasileiros, especialmente da região Nordeste, sem a estrutura adequada para recebê-los. Os intensos conflitos agrários, as apropriações indébitas de terras devolutas, uma política tímida e muitas vezes inexistente de reforma agrária e um elevado nível de desmatamento têm sido alguns dos principais exemplos dos problemas enfrentados pela sociedade paraense.

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado um agravamento destes problemas e esta herança histórica tem diminuído a capacidade de alavancar um processo de mudança sustentado em alternativas regionais endógenas. Até 2005 as políticas públicas de desenvolvimento do Estado tinham uma estreita relação com o progresso oriundo do Sul e Sudeste, em suas bases agrárias, onde se obteve um avanço da chamada fronteira agrícola, tendo soja avançado em terras paraenses. Este “modelo” de desenvolvimento era então o sustentáculo das políticas públicas para a promoção do desenvolvimento. Isto é reforçado pelos indicadores de investimento em Ciência e Tecnologia, os quais representavam o baixo interesse das elites dominantes nos setores considerados propulsores de um processo de desenvolvimento sustentado.

A partir de 2006, com a assunção da coalizão popular ao poder e, de certa forma, favorecida pelo contexto econômico nacional e internacional pelo bom momento do Governo Federal, algumas ações passaram a ser realizadas em integração com políticas nacionais a fim de contornar a situação calamitosa, principalmente em termos agrários e ambientais, em que se apresentava o estado do Pará. Assentado em uma economia de base extrativa mineral e agroflorestal, a falta de políticas públicas para promoção de um padrão tecnológico capaz de agregar valor aos produtos locais tem sido um dos motivos pelo qual o atual governo tem direcionado alta prioridade na implantação de um novo modelo de desenvolvimento.

Baseado nos preceitos da literatura econômica neo-shumpeteriana, que tem a inovação como a força motriz do desenvolvimento (NELSON e WINTER, 2005; ROSENBERG, 2006), o novo modelo de desenvolvimento implementado pelo governo do Pará tem estabelecido parcerias com as instituições de pesquisa e tem procurado seguir a agenda determinada por esta corrente. Uma nova estrutura está sendo montada com a reativação e criação dos distritos industriais assim como a criação dos chamados parques tecnológicos que darão suporte ao desenvolvimento tecnológico, que se pretende endógeno, em uma configuração mais bem apropriada aos contextos locais (RAMALHO FILHO, 1999). Um novo arranjo institucional está sendo formado. Instituições estão sendo adequadas a nova realidade e outras estão sendo reativadas e constituídas a fim de que o aparato necessário para o cumprimento da agenda da mudança seja o mais eficiente possível (GERMANI, 1992). Portanto, é importante ressaltar que este processo é de longo prazo e requer uma transformação em grandes proporções do interesses políticos que costumeiramente tem interferido nas agendas sócio-político-ambiental e econômico do Pará.

Este processo tem sofrido duras críticas de alguns setores da sociedade que questionam a prioridade que lhe está sendo dispensada. É importante

esclarecer que, embora se esteja dando destaque para o desenvolvimento assentado em bases tecnológicas, outros setores da atividade econômica paraense tem tido, no decorrer destes dois anos de novo governo, uma atenção que não lhes era dispensada nessa magnitude. Setores como a pesca e a agricultura são bons exemplos desta atuação, embora sejam ações ainda muito aquém da real necessidade destes setores.

Por outro lado, alguns setores que também podem ser considerados estratégicos na agenda da mudança do Estado, como o turismo nas suas diversas dimensões e o uso sustentável dos recursos florestais em comunidades tradicionais (RAMALHO FILHO, 1999), tem sofrido pouca ou nenhuma intervenção, acarretando um desperdício de potencialidades ou mesmo de alternativas para o enfrentamento das convulsões e da concorrência globais. Os chamados serviços públicos essenciais também aparecem como um fator negativo na agenda governamental. A saúde está cada vez mais precária e a educação caminha a passos lentos, embora se possa entender que estes processos são reflexos muito mais da falida estrutura federativa brasileira do que propriamente de uma ausência de políticas públicas para estes serviços. Os conflitos agrários e a falta de uma política tanto estadual quanto nacional de reforma agrária reforçam este quadro negativo.

Os custos sociais para a implementação de uma agenda da mudança nos moldes que se está implantando no Pará são altíssimos, haja vista a dinâmica das suas diversas estruturas serem extremamente complexas e lastreadas por interesses outros que se sobrepõem às causas sociais da maioria dos diversos atores sociais que aqui convivem. Somente a partir de uma mudança de comportamento de grande parte de nossa classe política é possível se implantar de fato um novo modelo de desenvolvimento estruturado em um novo padrão de acumulação capaz de incorporar as potencialidades locais, onde o aspecto endógeno assume o caráter condutor das políticas públicas que lhe possibilitarão ser uma alternativa de competitividade frente ao domínio global. Caso contrário, as investidas de hoje não passarão de tentativas no amanhã.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução da política brasileira na chamada era Lula representou, de certa forma e em alguns aspectos, um avanço se comparado a outros governos democráticos. Embora se tenha priorizado na sua agenda da mudança a dimensão econômica, segmentos sociais foram contemplados com políticas e programas de governo antes jamais percebidos no nível que hoje são considerados, apesar destas ações serem ainda muito aquém da capacidade do Estado brasileiro de atuar neste meio.

A economia brasileira, em sua dimensão macroeconômica, apresenta-se bastante sólida e estável, mesmo frente a esta grave crise por qual passa a economia mundial. É lógico que os efeitos são mais profundos do que os propagados pelo governo e os custos sociais daí decorrentes existem. Por outro lado, é importante esclarecer que, pela primeira vez diante de uma crise tão forte, a economia brasileira não quebrou e isto se deve à maneira como foi conduzida nos últimos anos. A saúde das contas públicas, com um nível de reservas capaz de superar o montante da dívida externa, permite ao país se manter vigoroso contra a crise, inclusive já respondendo positivamente em alguns setores, como comércio e mercado de trabalho. Esta estabilidade da economia brasileira e o *superávit* elevado das contas públicas são responsáveis, em grande parte, pela aplicação de políticas públicas de “salvamento” de alguns setores importantes para a manutenção do crescimento econômico brasileiro.

Em contrapartida, pela necessidade de se ter cautela e dado o risco e a incerteza que imperam no mercado globalizado, principalmente o de capitais, alguns segmentos da sociedade ficaram marginalizados, haja vista haver a necessidade de impulsionar os setores reagentes para que a crise não impactasse com mais intensidade a economia nacional.

A Amazônia permaneceu marginalizada na agenda da mudança nacional e as políticas para a região deveriam contemplar mais os seus aspectos potencializadores que podem propulsiná-la no mercado global. As políticas devem ser na Amazônia, pois assim conseguem contemplar e considerar de uma forma eficiente os recursos naturais de que dispõe esta região. Outro aspecto que deve ser bastante considerado neste processo de mudança e implantação de um novo modelo de desenvolvimento é o fato de se estar em uma região duplamente periférica. O estado do Pará, objeto de análise deste texto, é periferia do centro do capital internacional, mas também do nacional. Neste sentido, as estruturas necessárias para implementação do processo de mudança em regiões periféricas precisam geralmente ser montadas por completo, aumentando-se consideravelmente os custos econômicos e sociais daí decorrentes.

A dificuldade de se implementar uma agenda da mudança baseada em aspectos endógenos em regiões periféricas apresentam um custo social elevadíssimo haja vista que os esforços dispensados a esse fim acabam por sacrificar setores sociais importantes no conjunto dos “empreendimentos” de uma sociedade. A influência do processo de integração do capital hegemônico acaba sendo inevitável, afetando e interferindo diretamente a pauta das agendas, impondo medidas e metas que comprometem a incorporação de mecanismos locais no processo de enfrentamento da voracidade global.

Neste sentido, grande parte das ações propostas nas políticas públicas findam enfraquecendo e dão base para o avanço do processo de dominação. O capital internacional e mesmo os interesses dos capitais locais e suas práticas depreciativas à sociedade e ao meio ambiente continuam estabelecendo muitas regras do jogo e aumentando suas resistências a um verdadeiro processo de mudança. Nesta direção, o aspecto político se sobrepõe ao real interesse econômico-social; relação com as instituições de pesquisa, bem como com os demais segmentos da sociedade, inclusive outras instituições, fica comprometida. O conhecimento produzido e as políticas daí resultantes que poderiam provocar uma mudança real ficam nos crivos da classe dominante (elite política e empresarial local). Para que a agenda da mudança seja efetivamente benéfica para o conjunto dos atores sociais da região, é necessário que se estabeleça uma linguagem comum entre as diferentes dimensões (HABERMAS, 1987) e se incorporem os elementos tradicionais e o conhecimento local na pauta política como uma questão prioritária e de soberania nacional (VIOLA, 2000; RAMALHO FILHO, 1999).

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GERMANI, G. Secularización, modernización y desarrollo económico. In: ARBAT, T. C. (Org.). Modernización, desarrollo político y cambio social. Madrid: Alianza editorial, 1992, p. 71-100.

GOVERNO DO PARÁ. Secretaria Executiva de Estado de Ciência e Tecnologia. Disponível em <<http://www.seduct.pa.gov.br>>, acessado em 23/03/2009.

HABERMAS, J. Teoría de la acción comunicativa II. Crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1987.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. Revista crítica de Ciências Sociais, 63, outubro 2002, p. 237-280.

NELSON, R.; WINTER, S. Uma teoria evolucionária da mudança econômica. Campinas: editora da Unicamp, 2005.

OLIVEIRA, F. Das invenções à indeterminação. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. S. (Org.). A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo, 2007, p.15-45.

RAMALHO FILHO, R. Patrimônio cultural e natureza: dimensão da sustentabilidade. In: BASTOS FILHO, J. B.; AMORIM, N. F. M.; LAGES, V. N. (Org.). Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999, p. 179-193.

ROSENBERG, N. Por dentro da caixa preta: tecnologia e economia. Campinas: editora da Unicamp, 2006.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropología del desarrollo. In: VIOLA, A. (Org.). Antropología del desarrollo. Barcelona: Paidós, 2000, p. 09-64.